



O DIÁLOGO NA RELAÇÃO INTERCULTURAL: OUVIR E COMPREENDER O DIFERENTE PARA CRESCER EM DEMOCRACIA E LIBERDADE

José Ricardo Maciel Nerling¹
Maria Andreia Maciel Nerling²

RESUMO

No presente artigo, realiza-se uma abordagem acerca da importância do diálogo na construção de uma sociedade justa, fraterna e verdadeiramente democrática. Entende-se que o gesto de ouvir o outro, dando espaço às diferentes formas de pensar e ver o mundo, é crucial para se desenvolver uma nova relação entre as pessoas. Para isso, são demonstradas as dificuldades em conviver num ambiente social absolutista e tirânico, que não abre caminhos para que as pessoas expressem seus sentimentos e escolhas de vida, exprimindo o quanto a negação da voz do outro também é um exercício de poder e violência. Fica claramente definido o quanto a falta de alteridade e respeito ao próximo é prejudicial na efetivação dos valores da democracia e dos direitos humanos, levando em conta que a construção de uma sociedade de bem-estar e “ordem” só se concretiza a partir do pluralismo e da liberdade de expressão.

Palavras-chave: Diálogo. Democracia. Liberdade. Compreensão.

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade democrática passa necessariamente pela habilidade de desenvolver vínculos de diálogo entre as pessoas, a partir do ouvir o diferente e do reconhecê-lo enquanto sujeito protegido e amparado pelos mesmos direitos e deveres. Contudo, por mais iguais perante a lei que os cidadãos sejam, é preciso ter ciência de que cada um deles possui necessidades e preferências peculiares, não poucas vezes distintas entre si, às quais cada um tem a garantia de manifestar diante do ente estatal, que, por sua vez, também deve estar de portas abertas para recebê-lo, ouvi-lo e atendê-lo a partir das políticas públicas, seja quem ele for.

É muito comum percebermos a confusão que há na compreensão entre os termos “democracia” e “tirania da maioria”, vez que algumas pessoas, por ignorância ou má-intenção, acreditam que em um regime democrático as minorias precisam necessariamente convir e acatar as ordens de uma “dita maioria”. Contudo, é preciso frisar e esclarecer que um regime verdadeiramente democrático é aquele que se permeia pela liberdade, pelo respeito às “regras do jogo” e pelo diálogo. Isso quer dizer que em uma democracia há necessariamente espaço para a diferença, não havendo preferências por alguns cidadãos em detrimento de outros. Assim, para que a democracia possa se consolidar em meio a pessoas tão diferentes, é inevitável que

¹ Mestrando em Direito no Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, beneficiário de Taxa Integral CAPES. Graduado em Direito pela Universidade Regional do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Advogado OAB/RS.

² Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Especialista em Física pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, professora do Centro de Ensino Superior Riograndense – CESURG, professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul.



se crie um ambiente contínuo de diálogo e compreensão, livre de absolutismos, arrogâncias e intolerâncias.

Para desenvolver o presente trabalho, que tem caráter hipotético-dedutivo, e afirmar a importância do diálogo como forma de interação social e fortalecimento da democracia, foram utilizadas bibliografias de autores relacionados ao tema, bem como foram realizados diversos diálogos entre os autores. No caso desta última fonte, vale ressaltar que foi de inteira importância, tendo demonstrado para os envolvidos na criação do presente artigo que a ideia defendida durante o texto possui implicações positivas tanto para as relações e produções, quanto para a construção de um bem maior.

2 DESENVOLVIMENTO

A importância do diálogo e da linguagem

Vivemos uma sociedade enrudecida, onde cotidianamente assistimos cenas de conflitos, agressões, barbárie. Nas redes sociais, o ser humano se esconde atrás dos celulares e dos computadores, onde se agiganta e se fortalece, tornando-se capaz de criar verdades e afrontar de forma profundamente desrespeitosa a todos e a qualquer um. As relações humanas se esvaem, desmancham-se, nesta sociedade marcada, conforme Bauman, pela fluidez das relações, sem compromisso com as consequências dos seus atos e sem a preocupação com os males que podem causar, uma sociedade que enxerga “nos compromissos duradouros [...] a opressão; no engajamento permanente percebe a dependência incapacitante. [Negando] direitos aos vínculos e liames, espaciais ou temporais” (BAUMAN, 2004, p. 48). O que se vê na contemporaneidade, de acordo com Bauman, é que as pessoas em geral

Já se esqueceram ou não se preocuparam em adquirir as habilidades necessárias para viver com a diferença, não surpreende muito que essas pessoas vejam com um horror crescente a possibilidade de se confrontarem face a face com estranhos. Estes tendem a parecer ainda mais assustadores na medida em que se tornam cada vez mais diferentes, exóticos e incompreensíveis, e em que o diálogo e a interação que poderiam acabar assimilando sua "alteridade" se diluem ou nem chegam a ter lugar. O impulso que conduz a um ambiente homogêneo e territorialmente isolado pode ser disparado pela mixofobia. (BAUMAN, 2004, p. 95)

Nesse cenário a tarefa de construir uma sociedade democrática e com equidade é um desafio permanente para a humanidade.

O diálogo, nesse contexto, assume uma importância fundamental, especialmente quando se discute o convívio democrático e o respeito mútuo na diversidade. O diálogo, como



observa Tedesco, se constitui num dos grandes desafios contemporâneos. Para ele, “aprender a sentir e a conviver com/a/na diversidade num processo dialógico e integrativo interculturalmente, talvez seja hoje o grande desafio dos espaços dinâmicos como os de grande inserção de imigrantes e sua consequente multiculturalidade” (2003, p. 148).

De acordo com Benincá (2002), a palavra “diálogo”, etimologicamente, se origina de dois termos gregos: “Dia” mais “Logos”, onde *Dia* quer dizer *através de*, e *Logos* significa *razão, atitude, tratado, espírito, palavra e luz*. O termo diálogo significa, portanto, “através da palavra fazer o caminho” e também que a palavra é “pronunciada”. Ela é proferida em favor de alguém. É o sentido gerado no interior do ser humano e comunicado. A palavra nunca é vazia, é sempre comunicação.

Gadamer (2000, p. 134), por sua vez, expressa que quando pensamos em diálogo, nos referimos ao processo entre seres humanos, o que, apesar de toda a extensão e infinitude potencial, possui uma unidade e uma harmonia próprias. Segundo ele,

um diálogo aconteceu quando deixou algo dentro de nós. Não é o fato de que nós experimentamos algo novo, o que faz o diálogo um diálogo, mas que algo outro veio ao nosso encontro que ainda não havíamos encontrado em nossa experiência própria do mundo. O que movia os filósofos em sua crítica ao pensamento monológico, isto experimenta o indivíduo em si mesmo. O diálogo possui uma força transformadora. Onde um diálogo é bem sucedido, algo nos ficou e algo fica em nós que nos transformou. Assim, o diálogo encontra-se em vizinhança particular com a amizade. Só no diálogo (e no rir-um-com-o-outro que é como um consenso transbordante sem palavras), amigos podem encontrar-se e construir aquela espécie de comunidade na qual cada um permanece o mesmo para o outro, porque ambos encontram o outro e no outro encontram a si mesmos.

Então, pode-se dizer que através do diálogo se constroem caminhos e se fazem encontros. Com o diálogo há comunicação, troca, transformação. Porém, é preciso haver uma disposição para tal. O diálogo, segundo Gadamer (2000), é a principal relação linguística que fazemos com o mundo. No diálogo, mantemos nossa compreensão aberta para enriquecê-la e corrigi-la. Não se entende a ideia de compreensão, sem um conceito de diálogo, porque se compreende através do diálogo. O ser humano constrói-se pelo diálogo, a partir do contato entre as pessoas através da linguagem. Para ele, o todo que existe para os homens, quando estes o percebem, e se percebem a si mesmos, já é a produção de uma linguagem. Seguindo esta lógica, nada pode ser admitido como existente sem a utilização de uma linguagem para identificar e expressar alguma coisa.



Portanto, o centro do pensamento está na linguagem e a centralidade de tudo o que é racional funda-se no discurso e na fundamentação teórica, pois é a palavra que dá sentido ao diálogo. E através dela revela-se um pouco de nós, mostra-se o mundo e aprimoram-se os sentimentos. Isto é, pelo diálogo o ser humano cresce, aperfeiçoa-se, constrói novas experiências.

No entanto, embora a capacidade para o diálogo seja um atributo do ser humano, na sociedade atual está “desaparecendo a arte do diálogo” (GADAMER, 2000, p. 129). O processo de individualização na organização social e nas relações, bem como a competitividade que se estabelece no mundo contemporâneo, de viés neoliberal, dificultam o diálogo entre as pessoas.

Conforme ensina Gadamer (2000), existem diversas formas de diálogo. Segundo ele, há o diálogo pedagógico, a negociação oral, o diálogo terapêutico e o diálogo confidencial. A negociação oral não tem a troca recíproca entre as pessoas, pois é uma negociação comercial ou política que se realiza entre administradores, que não ficam afetados e considerados como pessoas quando chegam a um acordo. Contudo, mesmo nesse caso, comprova-se a determinação geral do diálogo, que para ser capaz ao diálogo, há que ser capaz de saber ouvir. No diálogo terapêutico a incapacidade para o diálogo é a situação inicial que se apresenta como o processo de cura, especialmente na prática psicanalítica.

O diálogo confidencial, por sua vez, se caracteriza pela incapacidade para o diálogo, que não se confessa a si mesma, não se vê esta incapacidade em si mesma, mas no outro. Este é o diagnóstico feito por alguém que não se põe no diálogo, ou seja, não consegue chegar ao diálogo com o outro. A incapacidade do outro é sempre, ao mesmo tempo, a incapacidade do primeiro. Finalmente, o diálogo pedagógico é uma das formas originárias de experiência dialógica. O diálogo na relação pedagógica é fundamental no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que isso se dá pela compreensão do objeto em estudo. Essa compreensão, para ensinar e aprender, se revela pelo diálogo, o qual se dá pela palavra, que deve ser dita e ouvida, tanto pelo professor e quanto pelo aluno, pois é comunicando-se, através da palavra, que professor e aluno revelam seus objetivos, expectativas, dúvidas, inseguranças e, do mesmo modo, mostram suas certezas, compreensões, aprendizagens... Isso



pode ser trazido para a relação entre os cidadãos, que se ensinam mutuamente, levando em conta que “ninguém sabe tudo”, e isso precisa ser frisado.

Para ensinar e aprender é fundamental expressar-se pela palavra, assim como não é menos importante saber ouvir. Sem escutar o outro, não é possível falar com ele. Para Gadamer,

Só aquele que ouve mal, que permanentemente se escuta a si mesmo, aquele cujo ouvido está, por assim dizer, cheio do alento, que constantemente se infunde a si mesmo ao seguir seus impulsos e interesses, não é capaz de ouvir o outro. Isto é, como acentuo em todos os níveis que se pode imaginar, o traço essencial de todos nós. Apesar disso, fazer-se sempre de novo capaz para o diálogo, isto é, de ouvir o outro, parece-me ser a verdadeira e própria elevação do ser humano em direção à humanidade. (GADAMER, 2000, p.138),

Nessa mesma linha de reflexão, Paulo Freire (1981), nos desafia a uma educação que ajude a construir um humanismo nas relações entre homens e mulheres, tendo como objetivo promover a ampliação da visão de mundo, o que só acontece quando essa relação é mediatizada pelo diálogo. A atitude dialógica é, antes de tudo, uma atitude de amor, humildade e fé nos homens, no seu poder de fazer e de refazer, de criar e de recriar. Para Freire, o diálogo é uma relação de comunicação e intercomunicação, que gera a crítica e a problematização, já que ambos os parceiros podem perguntar: "por quê?". Quem dialoga, dialoga com alguém e sobre algo. O conteúdo do diálogo é justamente o conteúdo programático da educação. E já na busca desse conteúdo o diálogo deve estar presente. Analisando o diálogo, Paulo Freire constata a necessidade de analisar a palavra como mais do que um meio para que o diálogo se efetue.

Ainda, segundo Freire (1981), há duas dimensões constitutivas da palavra: ação e reflexão. A palavra verdadeira é práxis transformadora. Sem a dimensão da ação se perde a reflexão e a palavra transforma-se em verbalismo. Por outro lado, a ação sem a reflexão transforma-se em ativismo, que também nega o diálogo. Por esse motivo que, de acordo com Freire,

o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1981, p. 93)



A partir dessas reflexões, pode-se dizer que a intercultural propõe o diálogo e a negociação como uma proposta de convivência democrática entre pessoas de diferentes culturas. Um diálogo que permita construir um encontro solidário, onde se aprende com o outro e se respeita a diversidade cultural que caracteriza as sociedades contemporâneas.

Nesse mesmo sentido, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no documento da ONU que declarou o ano de 2001 como o Ano das Nações Unidas para o Diálogo entre Civilizações, afirma: “Vejo no diálogo uma oportunidade de pessoas de diferentes culturas e tradições se ficarem a conhecer melhor, quer vivam em lados opostos do mundo, quer na mesma rua”. Portanto, a finalidade do diálogo intercultural é a compreensão e o respeito recíproco, com uma perspectiva de busca de *unanimidade* nos conteúdos essenciais de cada cultura.

Todavia, além das diferenças culturais, deve haver algo que nos una enquanto projeto de humanidade, como a solidariedade, a construção de um mundo habitável para todos e a responsabilidade para com o planeta. Vale lembrar que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária se impõe como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme se pode observar no artigo 3º, inciso I do texto constitucional, sendo, portanto, dever do estado e dos cidadãos em realiza-lo.

Essas tarefas comuns, nenhuma cultura ou supercivilização, mesmo aquela que se impõe como hegemônica, consegue resolver sozinha. A solução vem de um novo modo das culturas agirem entre si, e esse novo modo de agir está articulado no “diálogo intercultural”. É justamente nesse sentido que Andreola (2002, p. 140) expõe que o “diálogo intercultural é estratégia política indeclinável para construir uma nova humanidade num projeto que não se conforme com o caminho suicida da especulação, da ganância, da competição, da fome e da guerra”.

A sociedade do individualismo e da negação do outro: o silêncio como forma de violência

Todos querem opinar, sobre tudo e sobre todos. Muitas vezes, com argumentos vazios, frágeis e inconsistentes. Daí surgem afrontas, agressões, intolerâncias, às vezes, até, caracterizando falta de ética e desvio moral. Há uma clara opção pelo discurso, em detrimento do diálogo. Nesse discurso, aparecem claramente preconceito, discriminação, desrespeito.



Uma opção de não ouvir: apenas “discursar”. Em relação ao monólogo, John Stuart Mill, de forma genial, nos traz o seguinte:

Quem conhece apenas seu próprio lado pouco conhece do caso. Suas razões podem ser boas e talvez não haja ninguém capaz de refutá-las. Mas, se ele for igualmente incapaz de refutar as razões do lado contrário, se não se empenhar em conhecê-las, não terá qualquer base para preferir uma ou outra. [...] não é assim que se faz justiça aos argumentos, nem como se toma efetivo contato com eles na própria mente. Deve poder ouvi-los das pessoas que realmente acreditam neles, que os defendem convictamente e dão o máximo de si por eles. Deve conhecê-los em sua forma mais plausível e persuasiva; deve sentir toda a força da dificuldade que a visão do assunto, para ser verdadeira, precisará enfrentar e eliminar; do contrário, nunca dominará realmente aquela parte da verdade que faz frente e remove tal dificuldade. (MILL, 2016, p. 60.)

Na mesma linha, continua o filósofo:

Noventa e nove por cento dos homens dito cultos se encontram nessa condição, mesmo aqueles capazes de argumentar com grande fluência em favor de suas opiniões. A conclusão deles pode ser verdadeira, mas até onde sabem, também poderia ser falsa: nunca se colocaram na posição mental daqueles que pensam de maneira diferente nem examinaram o que tais pessoas têm a dizer; por conseguinte, não conhecem, em nenhum sentido adequado do termo, a doutrina que eles mesmos professam. Não sabem quais são as partes que explicam e justificam as demais; ignoram as considerações que mostram como dois fatos aparentemente conflitantes podem se reconciliar ou, entre duas razões aparentemente fortes, como escolher uma em detrimento da outra. Desconhecem toda aquela parte da verdade que é o fiel da balança e que decide o julgamento de uma mente plenamente informada; e tampouco é possível conhece-la realmente a não ser frequentando ambos os lados de maneira equânime e imparcial e empenhando-se em ver as razões de ambos à luz mais forte. Essa disciplina é tão essencial para um real entendimento dos assuntos morais e humanos que, se não existirem oponentes de todas as verdades importantes, é indispensável imaginá-los e fornece-lhes os argumentos mais sólidos possíveis [...]. (MILL, 2016, p. 60-61)

Ao mesmo tempo em que se faz constatar essa atitude na sociedade atual, surge a preocupação, pois junto com o não diálogo – não compreensão -, é possível assistir pessoas saindo para as praças para pedir a volta da ditadura, ou mesmo argumentando no dia-a-dia que a solução para os problemas políticos é a tomada de poder pelos militares. Contudo, como bem assinalado por Pedro Dallari, em matéria de Roldão Arruda publicada pelo Estadão (2014),

O que acontece quando você suspende os canais democráticos, que são por onde a ordem pode se refazer, mesmo no caso do Estado corrupto, dos crimes da política? Quando esses canais estão abertos, com a imprensa e a população se manifestando, de maneira dinâmica, você fica indignado por saber dos malfeitos do Estado, mas ao mesmo tempo você está arejando isso. No Estado de exceção, não existem mais chances de botar ordem, porque a ordem passa a ser a ordem deles. Quando qualquer



grupo é autorizado a fazer o que quer, vai fazer o que não deve. Não tem essa de que os militares vão botar ordem. (ARRUDA, 2014)

Assim, quando algumas pessoas são obrigadas a ficarem caladas por conta de ameaças e represálias dos grupos dominantes (ou mesmo de agentes do estado), só há favorecimento da parte de quem oprime, que pode fazer o que bem entender, sem que sequer haja manifestações contrárias. Isso, absolutamente, não é democracia. Além disso, há uma confusão fundamental em utilizar os princípios democráticos de livre-manifestação para defender a opressão. É incongruente.

Assim, também vale lembrar que não necessariamente a opressão tenha que ter algum tipo de relação com o estado para que haja tirania. Inclusive John Stuart Mill, em seu clássico “Sobre A liberdade” já bem advertia sobre o que chamava de “tirania da maioria”, que

Como outras tiranias, [...] ainda comumente desperta pavor, sobretudo quando opera por meio dos atos das autoridades públicas. Mas as pessoas pensantes perceberam que, quando a própria sociedade é o tirano – a sociedade como coletivo, acima dos indivíduos singulares que a compõem -, seus meios de tyrannizar não se restringem aos atos que ela pode praticar por intermédio dos ocupantes dos cargos políticos. A sociedade pode executar e de fato executa suas próprias ordens; e se emite ordens erradas em vez de certas, ou se emite alguma ordem qualquer em coisas nas quais não deveria intervir, ela pratica uma tirania social mais assustadora do que muitas espécies de opressão política, visto que, embora usualmente não se ampare em penas tão extremas como são as da lei, deixa menos escapatória, penetrando muito mais profundamente nos detalhes da vida e escravizando a própria alma. Assim, não basta a proteção contra a tirania da magistratura: é preciso também uma proteção contra a tirania da opinião e do sentimento dominantes, contra a tendência da sociedade de impor regras de conduta [e] impedir a formação de qualquer individualidade que não esteja em conformidade com seus usos, e de obrigar que o caráter de todos seja talhado pelos moldes do seu. (MILL, 2016, p. 15-16)

Dessa forma, além da liberdade não acobertar o direito de abrir mão da liberdade (porque o princípio não alimenta-se de si mesmo), a liberdade também protege a autonomia dos indivíduos singulares, mesmo que todos os outros queiram lhe impor uma conduta, lhe retirando a livre-escolha.

Projetos que visam calar professores e alunos, reduzir debates e manifestações, como projetos como a escola sem partido, que visa impor mordanças em professores e alunos, restringindo todas as formas de diálogo dentro das instituições de ensino são um exemplo de tirania. E o que mais preocupa, é que tudo isso vem acompanhado de surtos de raiva e de ódio, os quais ameaçam as liberdade e a democracia. Sobre o ensino e a liberdade de manifestação



das diferentes formas de pensar e ver o mundo, Mill, em sua carta sobre a liberdade, assim estabelece:

Em todos os assuntos em que é possível haver diferenças de opinião, a verdade depende de um equilíbrio a ser alcançado entre dois conjuntos de razões conflitantes. Mesmo na filosofia natural, sempre há alguma outra explicação possível dos mesmos fatos [...] e é preciso mostrar por que aquela outra teoria não pode ser a verdadeira: enquanto não se o mostrar e enquanto não soubermos como se o mostra, não entenderemos as cases de nossa opinião. Mas, quando passamos a assuntos infinitamente mais complicados, à conduta moral, à religião, à política, às relações sociais e aos afazeres da vida, três quartos dos argumentos para cada opinião debatida consistem em desmontar as aparências favoráveis a alguma outra opinião. (MILL, 2016, p. 59-60)

Nesse contexto, o diálogo surge como espaço de embates, lutas, oposições, refletindo as interações da sociedade. Não apenas como lugar de negociação e de mediação de conflitos, o diálogo, nessa perspectiva, se coloca como uma instância na qual esses embates podem ser acolhidos e repensados, de modo a contribuir com a compreensão da realidade.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2012, p. 117)

Conforme Bakhtin (2012), o diálogo deve ser visto sob formas contraditórias e como mundos de múltiplas linguagens que se interligam, não se excluem, mas relacionam-se dialogicamente de maneiras diversas. Nesse processo, ocorre a coexistência de contradições sociais e ideológicas, entre o presente e o passado, entre diferentes grupos e tendências, com o encontro e a disputa entre pontos de vista sociolinguísticos distintos.

É importante ressaltar que o fato de se negar a ouvir o outro, não o deixando falar, é uma forma de violência, marcada pela negação da sua própria existência, retirando-lhe inclusive aquilo que lhe caracteriza como humano: a capacidade de pensar, sentir e expressar aquilo que cria. Em tempos como os atuais, essa negação se expressa no que Butler chama de “campo”, o lugar onde as vidas não merecem ser lamentadas, dando espaço para absurdos ainda maiores, os quais afrontam a dignidade e até mesmo a vida humana. Nesse sentido, acerca da negação do outro, muito bem ensina o professor Wermuth, em sua obra “Por que a guerra?”, ao dizer que

A violência, nesses casos, é exercida contra sujeitos irrealis, considerando-se que não há dano ou negação possíveis a partir do momento em que se está tratando de vidas já negadas, de vidas que já estavam perdidas para sempre, ou que nunca “foram”, razão pela qual devem ser eliminadas [...]. Em um contexto tal, a “desrealização” do “outro” significa que não está nem vivo nem morto, mas em uma interminável condição de “espectro”. (WERMUTH, 2015, p. 75)

É possível dizer que a negação do outro é, na verdade, a negação de si próprio. Isso pode ser entendido a partir da cultura hebraica, voltada ao diálogo e à audição do outro. Essa constatação é perfeitamente observável na filosofia de Jesus, que também preceitua à humanidade: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior [...]”, conforme pode ser lido no livro de Marcos 12:31, ou mesmo o que está escrito em Mateus 5:43:44, em que Jesus, em uma sociedade marcada pela intolerância, pelo absolutismo e pela hipocrisia, conclama a todos para amar e ouvir o diferente: “Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem;”.

Na mesma linha estão as reflexões pós-messiânicas de Paulo, nos escritos aos Romanos 13:8, que exprime que “a ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vos ameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei”, ou mesmo no capítulo 15:1-2 do mesmo livro, em que conclama à compreensão com os distintos, especialmente os hipossuficientes: “Mas nós, que somos fortes, devemos suportar as fraquezas dos fracos, e não agradar a nós mesmos. Portanto cada um de nós agrade ao seu próximo”.

É possível dizer que a fuga ao diálogo tem relação direta com as formas com que poder se desenha nas comunidades. De acordo com Bauman,

O expediente de desqualificar o adversário num debate sobre a verdade é usado com maior frequência pelo lado mais forte — nem tanto por sua maior iniquidade, mas por sua maior engenhosidade. Podemos dizer que a capacidade de ignorar os adversários e fechar os ouvidos às causas que eles promovem é o índice pelo qual se pode medir o volume e o poder relativos dos recursos. Inversamente, voltar atrás na recusa para debater e concordar em negociar a verdade é com muita frequência um sinal de fraqueza — circunstância que torna o lado mais forte (ou alguém que deseje demonstrar sua força superior) ainda mais relutante em abandonar sua posição de rejeição. A rejeição do estilo de Rosenzweig de “pensamento orador” é capaz de se perpetuar e fortalecer. Do lado do mais forte, a recusa em conversar pode passar por um sinal de que se “tem razão”, mas para o lado oposto a negação do direito de defender sua causa que essa recusa acarreta, e consequentemente a recusa em



reconhecer seu direito de ser ouvido e levado a sério como um portador de direitos humanos, constituem as maiores afrontas e humilhações — ofensas que não podem ser aceitas placidamente sem que se perca a dignidade... (BAUMAN, 2004, p. 126).

Dessa forma, fica claro que a busca pelo diálogo e a livre-manifestação também se trata de um ato de contrapoder, de resistência e de não violência. Abrir mão do direito de expressão, calar-se frente às injustiças, também é abrir mão da dignidade humana. Isso quer dizer que a abertura para o diálogo nem sempre é um fato natural, mas algo a ser buscado de forma cotidiana, mais que isso, um direito a ser conquistado. Dialogar também é a capacidade de abrir caminhos para dizer o que se sente e o que se pensa, abrindo mão de qualquer tentativa de humilhação (de quem fala e de quem ouve).

O diálogo e a alteridade na construção de uma nova sociedade

Na diferença e na oposição de ideias, o diálogo expressa a competência humana de se dirigir ao outro, viabilizando o estabelecimento de uma relação com lucidez, capaz de discernimentos e escolhas. Nessa perspectiva, não há espaço para o ódio, a vingança, as tramoias, as falcatuas e a mentira. Conforme Freire,

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. (FREIRE, 1980, p.42).

A ausência do diálogo, explica a origem de exageros e desproporções, as escolhas equivocadas e inconsequentes, os absurdos dos procedimentos que comprometem legalidades e produzem os canais da corrupção. Os conflitos, as guerras, as exasperações partidárias, o fundamentalismo religioso, as inimizades, os rancores, as crises familiares e a violência, são resultado, em grande parte, da insuficiência humana na sua disposição para dialogar. O diálogo constitui uma ação contra a prática antidialógica, alienante e divisória, devendo ser incorporada ao exercício de ser humano, humanizando-se permanentemente.

De acordo com Martínez, em seu trabalho sobre os Fundamentos dos Direitos Humanos desde a Filosofia da Libertação, os direitos humanos não se fundamentam no sujeito abstrato da modernidade, uma vez que “o sujeito abstrato da modernidade se constitui como totalidade excludente, não aberta à proximidade, tampouco à exterioridade do outro” (MARTÍNEZ, 2015,



p. 55), é mais que egocêntrico, é mercadocêntrico, é excludente. Contudo, a saída para isso se dá por meio da alteridade, a partir do ouvir e enxergar o outro. De acordo com o autor,

A exterioridade parte do fato de que no conjunto de todos os entes destaca-se um distinto dos demais: a face dos outros seres humanos. Distantes da proximidade, consumidos pela *proxemia* – em que a face humana é assumida como uma “coisa-sentido”, como mais um ente –, a presença desta face nos recorda a necessidade daquela. O ser humano como ente é parte da totalidade, dos sistemas, mas a emergência de sua face nos obriga a enfrentar a proximidade; é quando o outro se nos revela em toda sua exterioridade. Afirmo Dussel que “o rosto humano se revela como outro quando se recorta em nosso sistema de instrumentos como exterior, como alguém, como uma liberdade que interpela, que provoca, que surge como o que resiste à totalização instrumental. Não é algo; é alguém”. [...] o outro é a alteridade de todo sistema possível; está para além da “mesmice” da totalidade. O outro revela-se realmente como outro, em toda intensidade de sua exterioridade, quando rompe como distinto ao extremo, como o não habitual ou cotidiano, como o extraordinário, como o empobrecido, o oprimido e o vitimizado pelos sistemas; o que à margem do caminho, fora do sistema, mostra seu rosto sofrido e desafia a totalidade. [...] estabelece seu discurso a partir da identidade, a partir do fundamento desde a diferença; (MARTÍNEZ, 2015, p. 60-61)

É o rosto do outro, enquanto indivíduo e sujeito, mais do que receptor de direitos ou um ente de um sistema, mas como humano, como alguém único, o princípio de um novo modelo de sociedade (e fortalecimento da democracia), que respeita as diferenças e se adequa às pessoas e suas realidades.

Num tempo de mudanças e transformações intensas, onde as informações e ideias se proliferam de forma acelerada, impõe-se exercitar o diálogo como uma possibilidade da vivência da cidadania e da autonomia. Se quer, com isso, garantir reciprocidade e sintonia no debate aberto e civilizado, entre indivíduos e grupos de diferentes credos, etnias, ideologias, gêneros, enfim, assegurando a identidade e a diversidade.

Nesse sentido, a capacidade para o diálogo deve ser praticada de modo especial por aqueles que exercem a função de liderança. Líderes incapacitados para o diálogo constituem entraves na organização da sociedade, prejudicando a coletividade. Para exercer a liderança é necessário compreender o diálogo como condição que promove a socialização e a troca de experiências, fazendo circular sentidos e significados, garantindo transparência e balizando relações. De acordo com Bakhtin, utilizando-se da primeira pessoa para desenvolver essa reflexão,

Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar,



completar o seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldura-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento. (BAKHTIN, 1997, p.45)

Somente através da conversa estabelecida é possível alcançar a consciência histórica e a configuração política merecedora de credibilidade. Nesse sentido, o diálogo é a força para fazer com que a sociedade seja verdadeiramente democrática, capaz de promover o respeito à diferença, numa prática de inclusão e autonomia.

O diálogo assume um propósito social, pois serve para a transformação do homem e para a sua libertação, e não como um instrumento que favoreça a dominação e a alienação da pessoa, subordinada e submetida a outrem. “O diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a obscuridade.” (SHOR e FREIRE, 1992, p. 123). O diálogo é um instrumento de transformação social ao aproximar diferentes realidades e promover o reconhecimento do homem em seu semelhante, de modo a solidarizar-se com outrem e não estabelecer uma relação de dominação. Destarte,

o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem (SHOR e FREIRE, 1992, p. 122-123).

É somente a partir da conversa, do olho no olho, reconhecendo e aceitando a diferença, que se consegue construir uma sociedade pacífica, democrática e emancipatória, uma vez que “a tendência fatal da humanidade de deixar de pensar sobre algo que não é mais duvidoso é a causa de metade de seus erros” (MILL, 2016, p. 69), sendo que “a ‘abertura aos outros’ é a precondição da ‘humanidade’ em qualquer sentido dessa palavra” (BAUMAN, 2004, p. 124).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é o que dá sentido à existência no coletivo, é o que nos caracteriza enquanto seres humanos e nos diferencia dos animais. Perder a capacidade de dialogar, de ouvir e expressar, é abrir mão da própria humanidade, é deixar de lado todas as tentativas humanas



de construir uma sociedade harmônica, a partir da comunhão de todos os indivíduos nas cidades. Viver é conviver, e, para isso, é imprescindível que haja a aceitação do outro e de sua forma de ver o mundo, é necessário compreender suas sensações, suas precisões, seus anseios, ter a capacidade de olhar no rosto do diferente, colocando-se em seu lugar, e perceber o quão igual ele nos é.

Não há que se falar em sociedade sem falar em política, enquanto ciência da organização da vida humana. Só se faz comunidade por meio e junto dos indivíduos, o bem comum só se constrói a partir das diferentes experimentações, por isso não se trata de um atributo meramente individual, mas coletivo, não no sentido totalitário, mas plural, subjetivo em muitas esferas. Só se faz democracia de fato com liberdade, liberdade de expressar – por meio da fala ou por meio da mera vida – aquilo que se quer, tendo o livre-arbítrio como um fato constitutivo da humanidade.

A falta de diálogo é violência, é a negação do outro. Em toda a história, sempre que os seres humanos abriram mão desse atributo - a capacidade de compreender um ao outro - o resultado foi desagradável (para não dizer coisa pior): guerras, assassinatos e violações de direitos humanos. É por isso que o diálogo ocupa um espaço tão central no debate acerca destes últimos, pois ele constitui o cerne de qualquer justificativa moral.

Nesse contexto, abrir espaço para o outro não se trata de uma negação de si mesmo, muito pelo contrário, é uma afirmação da própria humanidade, que reconhece a identidade do outro, não enxergando nessa relação uma disputa de poder, mas uma ferramenta de reconhecimento inclusive de si mesmo, pois, para falar, é preciso antes ouvir, para ensinar, é preciso antes aprender. Para viver (e conviver) com outras pessoas, sem que haja prejuízo para muitas delas, é necessário abrir mão das formas de opressão – inclusive do discurso - e esboçar trilhas baseadas na conversa e na elaboração significados comuns.

REFERÊNCIAS

- ANNAN, Kofi. **Ano das Nações Unidas para o Diálogo entre Civilizações**. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/peace/Civil.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.
- ANDREOLA, Balduino A. **Dos preconceitos de Hegel ao diálogo das civilizações**. In: _____ et al. Educação, cultura e resistência: uma abordagem terceiro mundista. Santa Maria: Ed. Pallotti/ ITEPA/ EST, 2002, p.121-142.



- ARRUDA, Roldão. Estadão. **Manifestação pela volta da ditadura é ‘quase patética’**, diz Dallari. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/manifestacao-pela-volta-da-ditadura-e-quase-patetica-diz-dallari/> >. Acesso em: 17 set. 2017.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Tradução: M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2004.
- BENINCÁ, Elli. **O diálogo como princípio pedagógico**. In: FÁVERO, Altair Alberto et al. (Orgs). Filosofia e racionalidade. Passo Fundo: UPF, 2002.
- BÍBLIA ONLINE. **Bíblia**. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 17 set. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- GADAMER, Hans-Georg. **A incapacidade para o diálogo**. In: AMEIDA, Custódio Luís Silva de; FLICKINGER, Hans-Georg; ROHDEN, Luiz. Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 129-140.
- MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. **Fundamentação dos Direitos Humanos desde a filosofia da libertação**. Tradução: Ivone Fernandes Morcilo Lixa e Lucas Machado Fagundes. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e empowerment?** In: Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TEDESCO, João Carlos. **Imigração e intercultura: um diálogo possível**. In: MARCON, Telmo (Org.) Dossiê educação intercultural. Revista Grifos, Chapecó: Argos, n. 15, nov. 2003.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, realizada em Paris, entre 15 out. e 03 nov. 2001. Disponível em <www.unesco.org.br/areas/cultura/divcult/dcult/mostra_documento. Acesso em: 31 mar. 2005.
- WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **Por que a guerra? De Einstein e Freud à atualidade**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2015.